

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E DA ZONA DO EURO¹

Kaique Buennart Silva Carvalho²

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli³

RESUMO

A União Europeia representa uma das principais economias no âmbito mundial, e entender o processo de formação do bloco e da adoção da moeda única nos leva a compreender os interesses econômicos que resultaram na sua configuração onde há uma polarização entre países influentes politicamente com uma economia robusta e estável, e países periféricos com economias que acumulam péssimos resultados e sofrem com graves recessões nos últimos anos com altas taxas de desemprego. Numa análise histórica, política e econômica com foco a partir do período de estabelecimento formal da União Europeia, este artigo busca esclarecer a relevância de fatos ignorados pela mídia comum que resultaram nas disparidades internas ao grupo de países e levam ao questionamento de uma unificação em que não há um padrão de qualidade de vida igualitário para as populações que dela fazem parte.

Palavras chave: União Europeia, Zona do Euro, Economia, Blocos Econômicos

1Este artigo faz parte do projeto de pesquisa em iniciação científica “Expansão E Crise Na União Europeia. Um Olhar Para A Economia Da Zona Do Euro: 2000-2010”, desenvolvido desde 2014 na UFJF-GV.

2 Graduando em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares.

3 Economista, Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora do curso de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura destacar alguns aspectos do processo de formação da União Europeia em geral, e da Zona do Euro em particular, com vistas a entender as disparidades existentes na atualidade, entre os países componentes do bloco.

Buscando identificar elementos que comprovem a motivação estratégica de alguns membros do bloco em auferir vantagens econômicas sobre os demais, ao longo do texto procura-se mostrar o contraste entre as nações que obtiveram êxito e as que foram prejudicadas pelos acordos e tratados.

Para tanto, inicia-se com a apresentação, em ordem cronológica, de fatos e acordos que fazem parte da consolidação histórica da União Europeia até o nível de integração econômica e monetária alcançado através da Zona do Euro. Validando-se de aspectos da teoria econômica, dados do Banco Mundial, e usando documentos oficiais como o *Tratado da União Europeia* e *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*, busca-se entender como o processo se deu. Em seguida, faz-se uma análise a partir de alguns dos principais indicadores econômicos de quatro países integrantes ao grupo onde se pode observar as disparidades entre eles. Algumas considerações encerram à guisa de uma conclusão.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

De acordo com Krugman e Obstfeld (2010), os primeiros passos que culminariam na consolidação da União Europeia foram dados quando o sistema de Bretton Woods, acordo que definia regras para as relações econômicas internacionais, tornou as taxas de câmbio de todo o globo flutuantes em relação ao padrão dólar, o que foi entendido como uma ameaça para a soberania e a política econômica dos países europeus. Para as autoridades europeias, coordenar suas políticas tinha o objetivo de aumentar a influência do velho continente a nível mundial e fazer frente aos Estados Unidos como principal potência econômica.

Uma união econômica e monetária deste tipo eliminaria barreiras comerciais entre as nações, mas como consequência tornou os governos nacionais submissos a instituições que atuariam com funções supranacionais.

Seis países europeus, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, foram os percussores do bloco europeu que atingiria uma união econômica e monetária. As autoridades destas nações, ainda sob os efeitos da Segunda Guerra Mundial, que devastou o continente, buscavam firmar um acordo que colocaria seus territórios, e recursos valiosos como carvão e aço – insumos para atividades industriais e militares – sob regulação de uma autoridade comum, de modo a evitar que fossem comercializados ou fornecidos a supostos inimigos ou fomentassem a formação de arsenais bélicos que poderiam levar a eventuais novos conflitos em seus territórios. A CECA seria o embrião da estrutura bem mais complexa e abrangente que resultaria no passo seguinte, a CEE.

Segundo o histórico disponibilizado pela própria União Europeia no site europa.eu/index_pt.htm, os mesmos Estados membros da chamada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) por meio do Tratado de Roma (1957) estreitaram seus laços ampliando o acordo para outros setores da economia, criando a CEE – Comunidade Econômica Europeia, com o intuito de estabelecer um *mercado comum* – definido por Previdelli no livro *Economia Política Internacional: Os desafios para o século XXI*, como uma integração econômica onde “além da livre circulação de mercadorias, há a livre circulação de fatores produtivos, como capital e trabalho”. Os direitos aduaneiros seriam revogados mais tarde, em 1968, criando condições para o livre comércio entre os países do grupo, o que resultou no desenvolvimento do mercado Europeu.

Em 1965, foi assinado o Tratado de Bruxelas, um tratado de fusão e criação de um conselho único entre a CEE, a CECA e a Euratom (Comunidade Europeia de Energia Atômica). Este tratado foi revogado em 1997, pelo Tratado de Amsterdã.

Com a finalidade da criação de uma moeda única, a partir de 1970, os países já citados delimitam margens de flutuação para estabilizar suas moedas. O tratado foi alterado em 1973, a fim de permitir a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

Em 1979, foram realizadas as primeiras eleições para o Parlamento Europeu. O ano também marca o primeiro passo para a união monetária: o Sistema Monetário Europeu – SME, um conjunto de arranjos que mantinham as taxas de câmbio dos países participantes atreladas umas às outras. O SME incluía, a princípio, oito países: Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Irlanda, Luxemburgo e Países Baixos; sendo ampliada com a entrada da Espanha (1989), da Grã-Bretanha (1990) e de Portugal (1992).

Uma estratégia importante para evitar grandes oscilações cambiais foi o acordo de uma Política Agrícola Comum (PAC). O acordo mantinha os preços dos produtos agrícolas num determinado patamar medido pela Unidade Monetária Europeia, uma cesta composta pelas moedas dos Países do SME. Grandes mudanças nos preços europeus provocadas por desníveis cambiais gerariam protestos por parte dos grandes produtores, contrários à política de unificação do comércio europeu.

A Alemanha se destacava como ator importante nesse cenário já que a credibilidade do Bundesbank, o Banco Central da RFA trazia melhores resultados de inflação. Adicionalmente, seu claro papel de aliado incondicional dos EUA em plena Guerra Fria, angariava apoio popular das massas aos chefes de Estado que aderiam ao SME. Porém, ajustes periódicos para o funcionamento do Sistema reduziam cada vez mais as margens para manobras cambiais dos Estados membros. Tais dificuldades levaram a crises no SME, e, como consequência, Itália e Grã-Bretanha abandonaram o programa em 1992 (Krugman e Obstfeld, 2010).

Ainda segundo o histórico disponível no portal oficial da União Europeia, em 1981, a Grécia aderiu à CEE, e em 1986 foi a vez da Espanha e Portugal, completando um número de doze países membros.

O chamado “Ato Único Europeu” (1986) fez uma reforma no tratado inicial a fim de estruturar as instituições para a adesão dos novos membros, agora submetidos a votações por maioria qualificada – onde as pautas passaram a ser aprovadas por 55% dos membros do Conselho ou por parlamentares que representem 65% da população da União entre os Estados – além de eliminar barreiras legislativas nacionais para a imposição da influência do Parlamento Europeu como uma autoridade efetivamente supranacional. Destaca-se que as populações somadas de Alemanha, França, Espanha e Itália já garantiam tal

percentual e delineavam com clareza em que mãos estaria o poder de decisão do Parlamento.

Em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, que formalmente substituiu a CEE pela atual União Europeia, discorrendo sobre várias regras acerca da implementação da moeda única e uma possível união política. Tal tratado já definia as etapas e caminhos para a circulação da moeda única num processo que teria seu auge em janeiro de 2002 quando os europeus passaram a usar o papel moeda em Euro.

ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA E FORMAÇÃO DA ZONA DO EURO

Em 1993, foi criado o mercado único com livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Além da integração da antiga Alemanha do Leste à CEE com a queda do muro de Berlim dois anos antes, Áustria, Finlândia e Suécia aderiram ao grupo – agora oficialmente nomeado de União Europeia – em 1995.

Em 1997 foi assinado o Tratado de Amsterdã que alterou alguns termos do Tratado anterior e preparou a União para futura adesão de mais membros. Finalmente, em 1999, após aprovados de acordo com os critérios definidos previamente pelo Conselho Europeu de Copenhague, onze países aderiram ao Euro como única moeda para transações comerciais e financeiras. Foram eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. A Grécia também aderiu ao Euro em 2001.

Em 2001, foi assinado o Tratado de Nice para adequação da União à entrada de mais países, totalizando 25 membros e alterando as normas da composição da Comissão e votação no Conselho. Em 2004, mais dez países aderiram à União Europeia: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca.

Com a entrada dos novos membros, o parlamento europeu decidiu a criação de uma Constituição Europeia que deveria ser votada e aprovada em referendo popular em todos os Estados membros.

Tal Constituição Europeia foi rejeitada pelos referendos da França e dos Países Baixos em 2005, o que levou vários outros Estados membros a sequer efetuar a consulta à população. Para viabilizar de forma legal os objetivos político-econômicos da União, foi então elaborado e assinado um Tratado, que não requeria o apoio popular para entrada em vigor, mas somente a concordância das autoridades nacionais. O Tratado ratificado em 2007 em Portugal, chamado Tratado de Lisboa, também incluiu Bulgária e Romênia como membros da União Europeia e da Zona do Euro.

ANÁLISE DOS DADOS

Para verificar as implicações no âmbito econômico das medidas estabelecidas pelos tratados e demais acordos na União Europeia, foram selecionados dados do Banco Mundial sobre o crescimento do PIB, inflação, desemprego, balança comercial e dívida do governo central da UE, de dois países membros que fizeram parte dos acordos desde o período da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e dos acordos sobre o Euro – Alemanha e Países Baixos – e de dois países do sul da Europa, também membros da União Europeia e da Zona do Euro, porém com menor influência e representatividade no Parlamento Europeu – Grécia e Portugal.

A análise feita a partir de 1993, período em que, aprovado o Tratado de Maastricht que instituiu a União Europeia, passou a vigorar a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, até o último ano cujos dados foram disponibilizados pelo Banco Mundial.

Ao se examinar tais dados, percebe-se as diferenças de desempenho entre os países escolhidos como se passa a expor a seguir.

Como podemos verificar através do Gráfico 1, ao longo de vinte anos, houve um ciclo de crescimento econômico que perdurou até 2000, período que coincide

com a adesão dos Estados membros ao Euro como moeda padrão para todas as transações comerciais e financeiras. Embora a forma monetária só entrasse em circulação dois anos mais tarde, as contas bancárias já traziam as informações na nova moeda, por exemplo.

Todos os países sofreram com o baixo crescimento, mas como pode notar-se através do gráfico, os arranjos financeiros levaram a UE como um todo a um crescimento que chegou a ser negativo e quase zero em 2013, sendo que certas economias saíram prejudicadas em detrimento da Alemanha, que manteve o mesmo patamar de elevação do PIB.

A Grécia, em particular, aderiu à Zona do Euro em 2001 e sentiu também um período de grande crescimento econômico, isso até a recessão a nível mundial em 2008, quando o país entrou em grave recessão econômica, e acabou por eleger em 2015, um partido de esquerda que afirma defender as medidas anti-austeridade e anti-resgate de empréstimos internacionais e propaga a reestruturação da grande dívida pública grega.

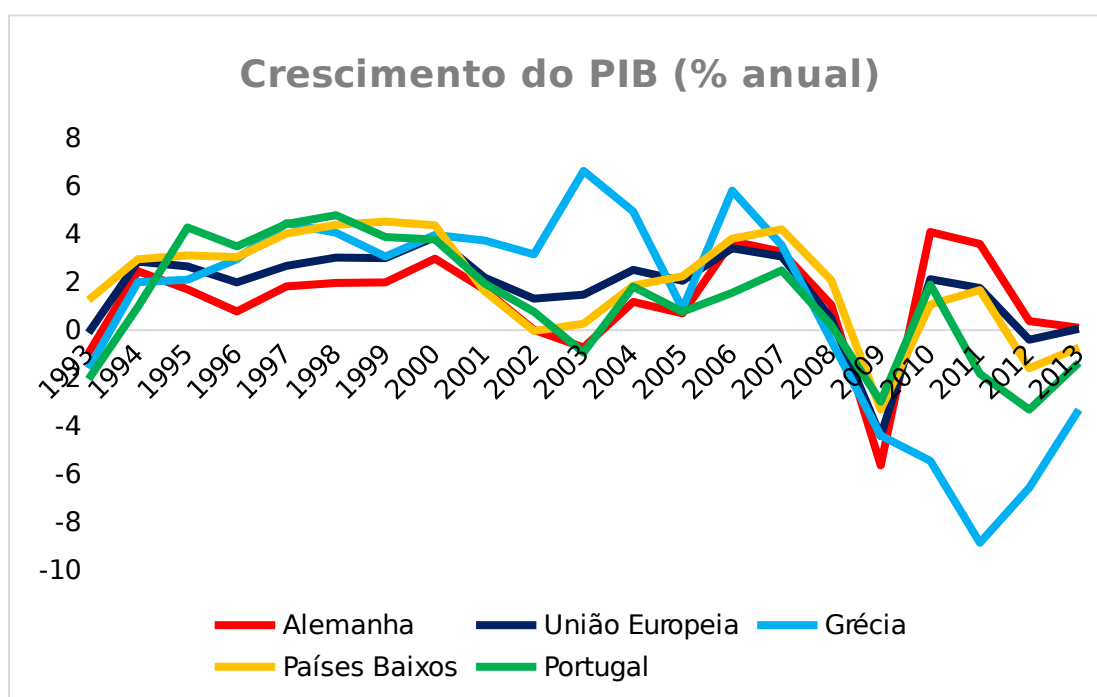


Gráfico 1: Variação percentual do PIB anual, União Europeia e países selecionados, 1993 a 2013

Fonte: Dados do World Bank disponíveis no endereço
<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

Após uma série histórica de taxas de inflação controladas, com oscilação somente durante a crise de 2008, os países da UE que analisamos agora sofrem com o mal da deflação. De acordo com os dados do Banco Mundial que subsidiaram a elaboração do Gráfico 2, observa-se que a Grécia é um caso à parte, pois sofria de altas taxas de inflação até o período em que a UE aderiu ao Euro.

Em Janeiro de 2015, o Banco Central Europeu anunciou um pacote de estímulos à economia a partir da compra de títulos da dívida soberana e títulos corporativos que chegará à soma de 1,14 trilhões de euros até 2016. A taxa de inflação criada pelo BCE é muito esperada por países como Portugal e Grécia, que têm altas taxas de endividamento, pois certo nível de inflação reduziria o custo real da dívida, e traria ganhos de competitividade nos custos. Porém a compra de títulos da dívida dos Estados obedecerá a proporcionalidade da contribuição de cada Estado-membro aos fundos da União Europeia. Tal critério beneficiará sobremaneira a Alemanha, França, Itália e Espanha.

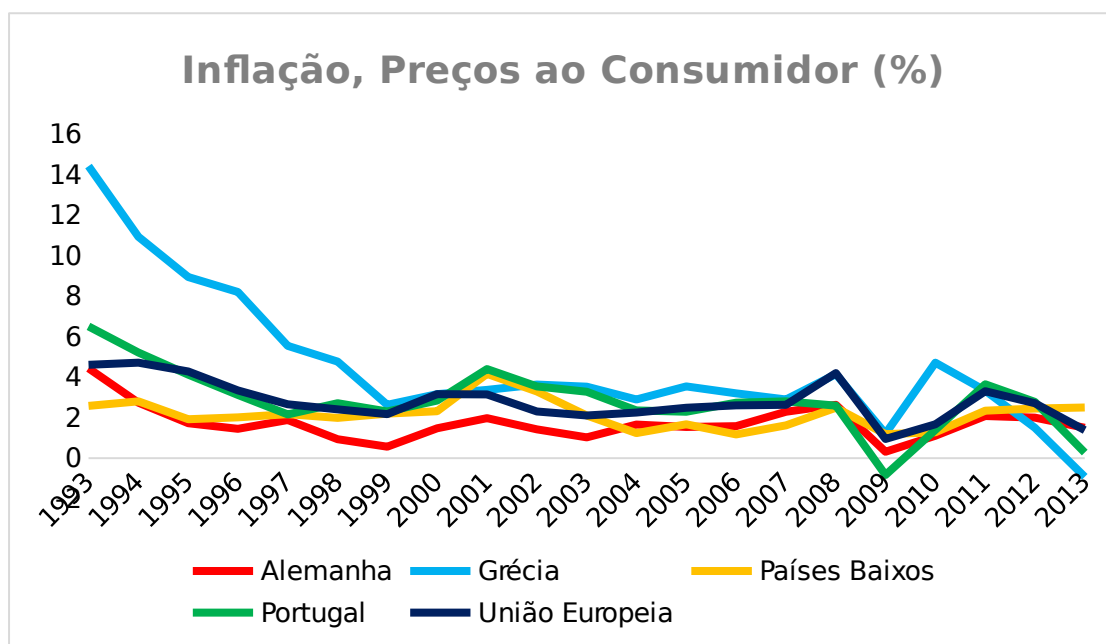


Gráfico 2: Variação percentual da Inflação medida através dos preços ao consumidor, União Europeia e países selecionados, 1993 a 2013

Dados do World Bank disponíveis no endereço

<http://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG/countries/1W?display=default>

Existe grande disparidade entre os Estados membros da UE em relação ao desemprego. As taxas de desocupação se elevaram após a crise de 2008 nos países do sul da Europa. Já os membros mais antigos (e mais beneficiados pelos

Tratados) da União, tornaram-se grandes credores, e estão em patamares mais baixos ou semelhantes aos níveis pré-crise.

Como vemos no Gráfico 3, o desemprego da União não reflete a grave realidade da crise nos países do Sul, pois as mais baixas taxas de desocupação encontradas na Alemanha, Reino Unido e Malta, enviesam para baixo o resultado do bloco. Isso põe em discussão a eficácia das medidas de austeridade para os devedores, enquanto a UE exige mais cortes e acusa os governos de países como Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda de má administração e gastos excessivos com os serviços prestados à população em áreas como saúde, educação e segurança.

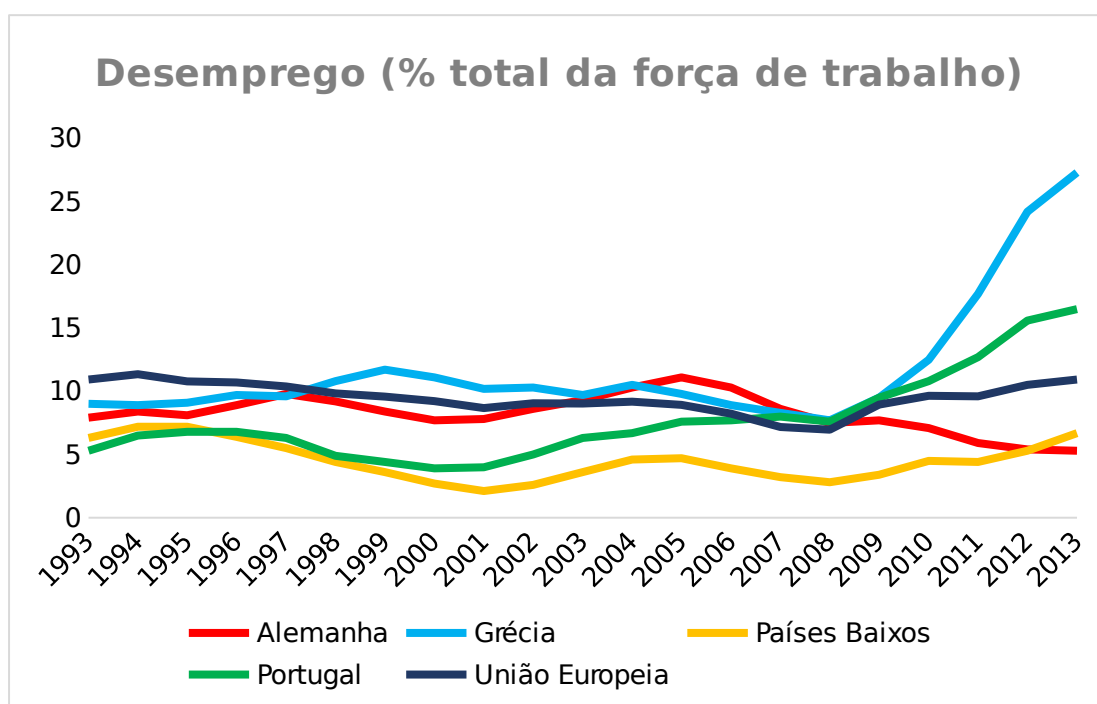


Gráfico 3: Variação percentual do desemprego em relação ao total da força de trabalho, União Europeia e países selecionados, 1993 a 2013

Dados do World Bank disponíveis no endereço

<http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS/countries>

Em relação ao comércio exterior, a Balança Comercial da Alemanha e Países Baixos, assim como da média da UE apresentaram leve melhora no final do período. Portugal e Grécia tiveram um grande avanço em relação à composição do PIB, porém é válido lembrar que o PIB dos dois países sofreu grandes quedas após a recessão de 2008. A Grécia, em particular, apresenta um PIB aproximadamente 25% menor que no período pré-crise, portanto a situação comercial real não apresentou grandes melhoras.

Um pacote de estímulo à economia de €1,1 trilhão previstos em investimentos até 2016 deverá desvalorizar o Euro, o que melhoraria a situação dos setores exportadores que atuam na UE aumentando sua competitividade no cenário externo ao bloco.

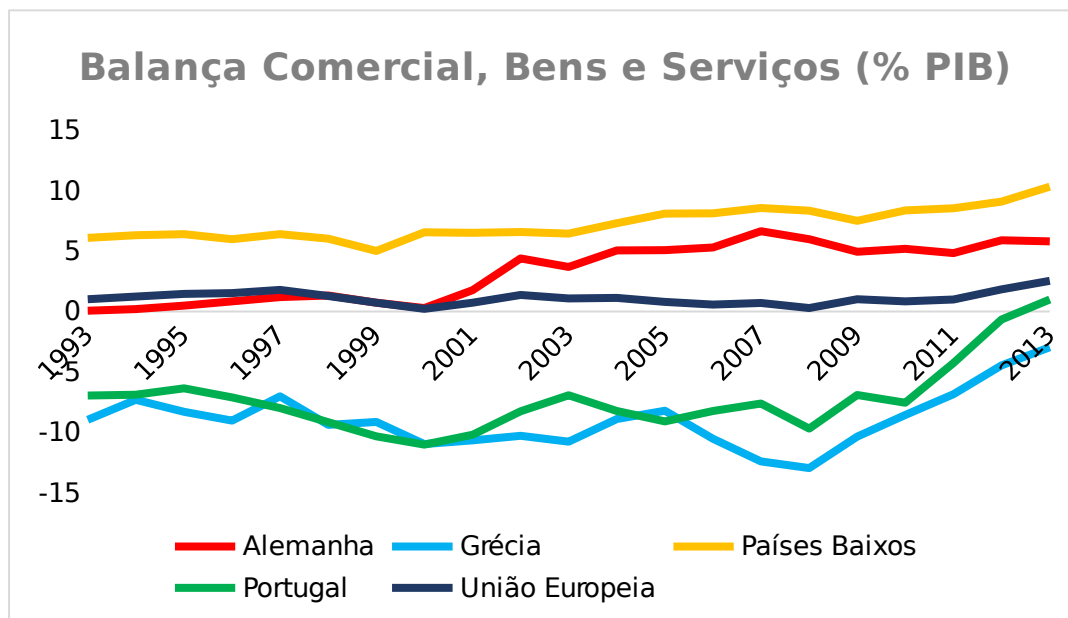


Gráfico 4: Variação percentual da balança comercial em relação ao PIB, União Europeia e países selecionados, 1993 a 2013

Dados do World Bank disponíveis no endereço
<http://data.worldbank.org/indicator/NE.RSB.GNFS.ZS>

Conforme o Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, disponível no site europa.eu/index_pt.htm, para um Estado-Membro, a dívida externa é considerada excessiva quando maior ou igual a 60% do tamanho do seu PIB. Esse é o caso da Grécia, que mesmo antes da aprovação para entrada na Zona do Euro, já apresentava déficits superiores a esse patamar.

Após a crise de 2008, numa tentativa desesperada de melhorar sua imagem para atender às recomendações do mesmo tratado, a Grécia aderiu a um pacote de resgates da chamada “Troika” (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI). Entre a adoção do pacote e o fim de 2014, segundo o Jornal Económico de Portugal, a Grécia havia encolhido em 20% o seu PIB e 19% dos postos de trabalho haviam desaparecido.

Como exposto no Gráfico 5, a situação de Portugal também é grave – a dívida pública do Governo Central era de aproximadamente 123% do PIB em 2012 (segundo dados do Banco Mundial). Enquanto a dívida total da União Europeia representava 66% do PIB do bloco, e dos Países Baixos menos de 68%, a dívida da Alemanha era de aproximadamente 55% do PIB.

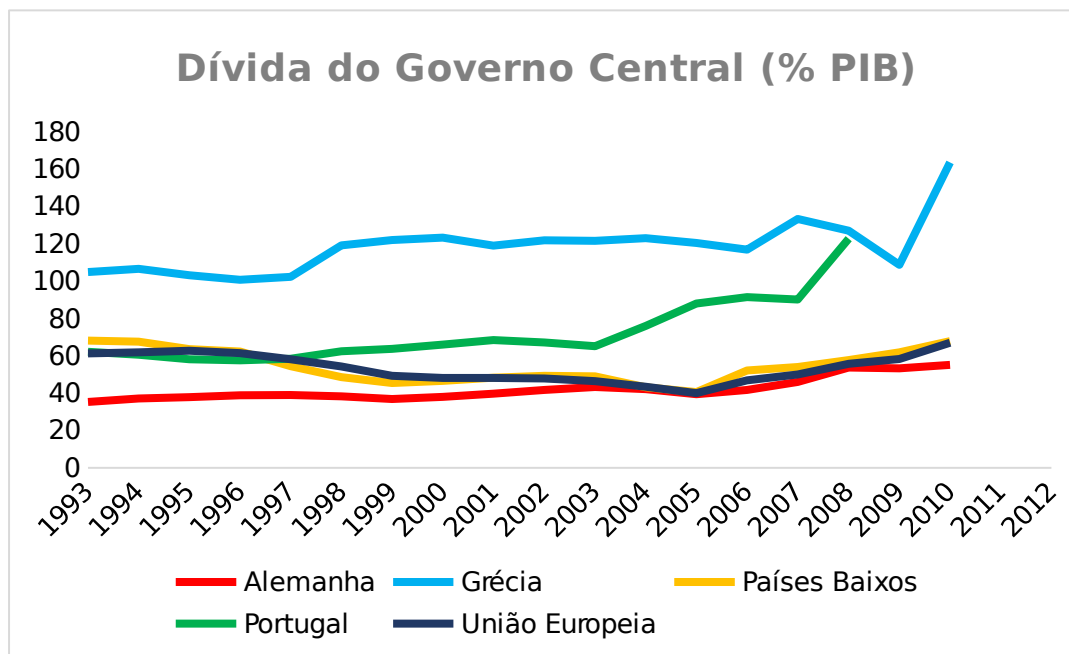


Gráfico 5: Variação percentual da dívida do governo central em relação ao PIB, União Europeia e países seleccionados, 1993 a 2010.

Dados do World Bank disponíveis no endereço
<http://data.worldbank.org/indicator/GC.DOD.TOTL.GD.ZS>

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente estudo citou diferentes acordos políticos que marcaram a trajetória da formação de uma das maiores economias do globo, a União Europeia. Adicionalmente, buscou verificar as implicações da adoção de políticas de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais dentro desse espaço comum.

Pode-se conjecturar através da análise dos dados efetuada que, para algumas nações, fazer parte deste grupo não foi uma boa escolha; o que ajudaria a entender os motivos que levaram o Reino Unido e Suécia, membros da União

Europeia, a não aderir à moeda única, e há pressão crescente por parte de diversas forças políticas nacionalistas para que outros países saiam da área unificada monetariamente.

A análise do desempenho de alguns indicadores feita de modo comparado entre os dois países do grupo dos fundadores, Alemanha e Países Baixos, em contraposição aos países do chamado Grupo do Sul, Portugal e Grécia, permitiu perceber a falta de unidade entre o bloco. Podemos inclusive determinar que países usuários da moeda única de maior peso na composição do PIB do grupo, como Alemanha e França, concentram também o poder de decisão no Parlamento Europeu e determinam as ferramentas de ajuste econômico dos países de menor participação no produto da Zona do Euro. Portanto, os segundos são obrigados a seguir as orientações da Troika se desejam continuar a receber a ajuda vinda dos primeiros.

A situação do bloco, no entanto, parece passar por problemas estruturais mais profundos que apenas uma crise de endividamento, ou má administração pública de recursos, na medida em que desequilíbrios entre os países componentes, aliados a uma divisão nacionalista destes mesmos, impede que os mais ricos venham em auxílio dos mais endividados, criando condições que resultariam no fortalecimento do grupo como um todo frente ao cenário externo.

O BCE não possui uma estrutura de decisão igualitária e o peso que países como Alemanha, França, Espanha e Itália possuem nas decisões de política econômica impostas aos demais membros, obviamente buscam beneficiar os países credores em detrimento das condições de vida das populações dos países endividados. Assim, a imposição de medidas econômicas de cunho recessivo, fortalecem ainda mais as diferenças entre os países usuários do Euro.

Por fim, podemos afirmar que existem ainda muitas perguntas a serem respondidas em relação à atual situação do bloco econômico europeu, bem como há necessidade de maiores estudos sobre a viabilidade econômica da adesão dos países candidatos à União Europeia – que agora, obrigatoriamente requer a entrada na Zona do Euro. Ademais, as possibilidades da saída de atuais membros do grupo econômico devem ser analisadas para que se permita entender como tais países poderiam voltar às suas antigas moedas nacionais e que desequilíbrios suas saídas provocariam no grupo que permanecesse na união monetária.

REFERÊNCIAS

- A História da União Europeia. Website Oficial da União Europeia. Informações disponíveis no endereço http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm.
- Banco Mundial, Website oficial. Disponível no endereço data.worldbank.org.
- Do Tratado da União Europeia e do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia – **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**. Versões consolidadas, Março de 2010. Disponível no endereço http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/consolidated_versions_of_the_treaty_on_european_union_2012/consolidated_versions_of_the_treaty_on_european_union_2012_pt.pdf.
- Jornal Económico (Portugal). **Cinco anos de troika depois, o que conseguiu a Grécia?** 15 de dezembro de 2014. Disponível no endereço http://economico.sapo.pt/noticias/cinco-anos-de-troika-depois-o-que-conseguiu-a-grecia_208125.html.
- Jornal Económico (Portugal). **Desemprego ilustra fosso entre Alemanha credora e Grécia devedora**. 8 de janeiro de 2015. Disponível no endereço http://economico.sapo.pt/noticias/desemprego-ilustra-fosso-entre-alemanha-credora-e-grecia-devedora_209438.html
- Jornal El País Brasil. **O que é necessário saber para acompanhar as eleições na Grécia**. 23 de Janeiro de 2015. Disponível no endereço http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/23/internacional/1422030151_930334.html
- Jornal Estado de Minas. **BCE anuncia início de programa histórico de QE de 1,1 trilhão de euros**. 22 de janeiro de 2015. Disponível no endereço http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/22/internas_economia,610521/bce-auncia-inicio-de-programa-historico-de-qe-de-1-1-trilhao.shtml
- Jornal Público (Portugal). **Portugal é um dos países que mais precisam da inflação que o BCE quer criar**. 22 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-e-um-dos-paises-que-mais-precisa-da-inflacao-que-o-bce-quer-criar-1682970?page=1#/follow>
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. [Tradução de Eliezer Martins Diniz] 8ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- PIRES, Marcos C. **Economia Política Internacional: os desafios para o século XXI** / organização Marcos Cordeiro Pires, Luis Antonio Paulino, Luiz Eduardo Simões de Souza. – 1ª Ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.